

Informativo da Associação Paraibana do Ministério Público - 18ª Edição | 07 de Julho de 2017



Seis dos sete candidatos ao cargo de procurador-geral de Justiça do Ministério Público da Paraíba (MPPB) se reuniram, na manhã desta segunda-feira (3), com a diretoria da Associação Paraibana do Ministério Público (APMP), para discutir sobre o debate que será promovido pela entidade de classe.

Ficou decidido que o debate vai acontecer no dia 21 deste mês, uma sexta-feira, às 9h, na sede campestre da APMP. De acordo com o regulamento, serão quatro blocos, nos quais os candidatos irão expor às suas propostas para o cargo de PGJ.

Participaram da reunião os candidatos João Geraldo Carneiro Barbosa, Amadeus Lopes Ferreira, José Roseno Neto, Francisco Seráphico Ferraz da Nóbrega Filho, João Arlindo Correia Neto e Valberto Cosme Lira. O candidato Clístenes Bezerra de Holanda não pôde participar, mas justificou sua ausência com antecedência.

Da diretoria, estiveram presentes, além do presidente Francisco Bergson Formiga, também Márcio Gondim, Rodrigo Pires, Túlio Cesar Fernandes, Leonardo Quintans Coutinho, Dennys Carneiro, Otacílio Marcus Machado Cordeiro, Stoessel Wanderley, Ismael Vidal Lacerda, Ricardo José e Lean Matheus de Xerez.

A eleição será realizada no dia 29 de julho, na sede do Ministério Público, quando vai ser formada a lista tríplice, que será encaminhada para o governador Ricardo Coutinho (PSB), e ele indicará o próximo procurador-geral para o biênio 2017/2019.



Informativo da Associação Paraibana do Ministério Público - 18ª Edição | 07 de Julho de 2017



O presidente da Associação Paraibana do Ministério Público (APMP), Bergson Formiga, participou no último dia 28 de reunião do conselho deliberativo da Conamp para debater temas de interesse dos membros do Ministério Público referentes às ações no Congresso Nacional.

Quanto às proposições que tramitam no Congresso, os dirigentes das afiliadas discutiram estratégias de atuação sobre reforma da previdência (PEC 287/16), abuso de autoridade (PL 7596/17), reforma do Código Penal (PLS 236/2012), entre outros. Também foi item da pauta o PL 27/2016, que trata da recomposição inflacionária dos subsídios dos integrantes do Ministério Público e da Magistratura. A CONAMP, em parceria com a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), busca sensibilizar ministros do Supremo Tribunal Federal para que a discussão avance no Supremo e no Congresso Nacional.

Foram ainda discutidas as normativas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que tratam do rezoneamento eleitoral. A Conamp ingressou com uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 471) junto ao SFT pedindo a suspensão das Resoluções nº 23.512 e nº 23.522, além da Portaria nº 207 do TSE.

Para a entidade, além de nítido retrocesso, as decisões do TSE são ilegais. Conforme a ADPF 471, a redução de zonas eleitorais em todo o país trará graves prejuízos à jurisdição eleitoral, afetando, principalmente, o eleitor, usuário dos serviços judiciários eleitorais, uma vez que o cidadão terá de percorrer, em muitos casos, maiores distâncias para conseguir atendimento da Justiça Eleitoral, inclusive para exercer sua obrigação de votar.

## **Eventos**

Em setembro, Belo Horizonte irá receber a 22ª edição do Congresso Nacional do Ministério Público. O presidente e o vice-presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), José Silvério Perdigão e Eneias Xavier, informaram como estão os preparativos do evento.

O conselho deliberativo aprovou uma moção de elogio ao presidente da Associação Tocantinense do Ministério Público (ATMP), Luciano Casaroti, pela realização da V edição da Copa Centro-Oeste de Futebol Society do Ministério Público.

Já o XVI Torneio Nacional de Futebol Society do Ministério Público será no Ceará, de 02 a 05 de novembro. Antes da abertura do evento, no dia 1º de novembro, ocorrerá reunião extraordinária da CONAMP.